

Tipos sociais em Percy Lau, Samuel Benchimol e Mário Ypiranga Monteiro: breve análise sobre elementos de continuidade entre os classificadores

Diego Omar da Silveira³⁷

Este texto nasceu de uma série de instigações sobre a construção imagética/iconográfica dos tipos sociais amazônicos que se somaram às questões discutidas na disciplina Formação do Pensamento Social da Amazônia, cursada no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), no primeiro semestre de 2019.³⁸

Como docente do curso de História da Universidade do Estado do Amazonas, lotado em Parintins, comecei a formular algumas questões em torno desses temas a partir da minha relação com os bois-bumbás. Em 2015, quando escrevia um capítulo para uma coletânea, discutindo as representações das “figuras típicas regionais” no cancionário local e o potencial dessas músicas nas salas de aula do Amazonas – em especial para tratar dos conteúdos curriculares (e transversais) de História –, me dei conta de que era possível identificar algumas matrizes discursivas recorrentes, claramente apoiadas na afirmação de uma identidade regional amazônica. Essas se desdobravam em um leque de representações que Garantido e Caprichoso traziam, todos os anos, em suas toadas e, durante o Festival Folclórico, através de alegorias (expressões plásticas) do pescador, do seringueiro, do coletor, do regatão, dos benzedores e benzedoras, às vezes incorporando elementos mais urbanos e contemporâneos, como no caso das tacacazeiras.

Na ocasião, em uma tentativa de correlacionar o universo poético dos compositores e as representações folclóricas celebradas na arena do Bumbódromo com as ciências sociais da Amazônia, debrucei-me pela primeira vez sobre o livro *Amazônia, formação social e cultural*, de Samuel Benchimol. Hoje, vejo esse exercício como epistemologicamente ingênuo, já que sacrifiquei boa parte da crítica à fonte ao desejo de sistematizar os “atores e labores” dos povos ribeirinhos em uma chave nativa, que me parecia positivada, ou para usar as palavras do próprio autor, como uma espécie de “princípio do fim do preconceito e da exclusão” (BENCHIMOL, 2009, p. 42).

Quando comecei a atuar também no Conselho de Artes da Associação Cultural Boi-Bumbá Caprichoso, dei-me conta de que esses processos são ainda mais complexos. As discussões sobre o mestiço – caboclo – e a concepção da nação como “cadinho” estão sempre às voltas, bem como resquícios da ideia de democracia racial, que concentra pouca atenção aos aspectos mais violentos da formação nacional, transformada, nesse caso, em celebração folclórica. Para tanto, bebe-se num

37. Mestre em História pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) e doutorando em Antropologia Social pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). É professor assistente do curso de História do Centro de Estudos Superiores de Parintins (CESP) da Universidade do Estado do Amazonas (UEA). diegomarhistoria@yahoo.com.br.

38. Sou grato ao Prof. Alfredo Wagner Berno de Almeida por ter nos instigado ao longo do curso a explorar “novas” chaves de leitura para compreender algumas descrições já canônicas da Amazônia.

imaginário longamente gestado, mais ou menos cristalizado em algumas fontes demasiado recorrentes, seja no momento de formatar os temas e o enredo das apresentações ou na concepção dos cenários e figurinos utilizados. Três livros, por exemplo, pareciam abastecer, como manancial, as representações dos desenhistas do Boi: *Brasil, histórias, costumes e lendas*, de Alceu Maynar Araújo (cuja primeira, de muitas edições, é de 1973) e que estava sempre à mão, e *Tipos e Aspectos do Brasil* – menos conhecido, mas não menos influente. O terceiro é uma coletânea de textos e imagens publicados originalmente na *Revista Brasileira de Geografia* a partir de 1939 e reunidos posteriormente como brochura pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Ambos são ricamente ilustrados e têm uma perspectiva bastante próxima: a de revelar etnotipos, cruzando estéticas, espacialidades e comportamentos, topografia e antropologia. Nas imagens que esses livros estampam, homens e mulheres aparecem como que “flagrados num ‘combate’, numa confrontação com a natureza” (ANGOTTI-SALGUEIRO, 2005, p. 42), da qual praticamente não se separam.

Aos poucos, tornava-se mais evidente para mim o quanto ainda operamos nesses ambientes com formas tradicionais de descrição, perceptíveis no léxico e no repertório das imagens socialmente construídas. Indicadores, talvez, da dificuldade de compreender e assinalar os novos mundos do trabalho e os sucessivos processos de modernização da Amazônia, mas também do quão naturalizados estão conceitos, categorias, termos e noções operativas evocadas para tratar da Amazônia.³⁹ Enquanto em outros momentos do espetáculo apresentado pelos Bumbás nos permitimos viajar por formas renovadas e críticas de narrativas etnográficas – para evidenciar, por exemplo, os transes rituais de um pajé –, ao falar do cotidiano do homem amazônico, nos conformamos, quase sempre, a uma configuração dada inicialmente pelo colonizador e atualizada, a partir do século XIX, por missionários, naturalistas, intelectuais e militares interessados, de alguma forma, em tipificar as contribuições da Amazônia na formação nacional.

Daí a ideia de estabelecer aqui um pequeno quadro que nos permita visualizar, mais do que inspirações, alguns elementos de continuidade nas obras do desenhista Percy Lau (responsável pelas ilustrações da publicação do IBGE, 1963) e dois influentes pesquisadores/escritores amazonenses: Samuel Benchimol (1923-2002) e Mário Ypiranga Monteiro (1909-2004). Pela amplitude que mesmo um estudo inicial e exploratório pode ensejar, desses últimos tomamos apenas alguns trechos que caracterizam os povos amazônicos em sua lida diária com a natureza, sobretudo naquilo que diz respeito ao rio e à pesca – aspecto preponderante na construção das figurações dos tipos sociais locais, dada a conformação natural e geográfica da hiléia.

39. Merece destaque aqui o esforço de alguns produtores culturais e artistas, como Ericky Nakanome, para romper com essas formas convencionais de classificação/narração durante as apresentações dos Bumbás. Ocorre, porém, que suas produções também respondem às demandas do público, em geral tão conservadoras quanto às narrativas mais usuais – hipóteses que busquei explorar de forma mais central em outros textos (ver SILVEIRA, 2019; SILVEIRA; NAKANOME, 2019).

Traços biográficos

Percy Lau (1903-1972) nasceu no Peru, filho de pai inglês. Radicou-se mais tarde no Brasil e aqui fez vasta carreira como desenhista e ilustrador. Segundo Heliana Angotti-Salgueiro (2005, p. 27), destacou-se ainda muito jovem, de modo que já em 1921 têm-se notícias dele em Pernambuco, participando “do Grupo dos Independentes, organizando em 1932, com Augusto Rodrigues, o Ateliê de Artes Plásticas; no Rio de Janeiro integra em 1939 a equipe dos funcionários do IBGE”. Viajou bastante pelo país a serviço do IBGE, retratando as paisagens e seus habitantes, muito embora

[...] alguns de seus desenhos a bico-de-pena da série não são [sejam] apenas fruto das viagens, tendo trabalhado também a partir de fotografias. Para formular suas próprias interpretações da diversidade nacional, frequentou pintores como Portinari, Guinard, Djanira, além de Augusto Rodrigues, intérpretes como ele dos arquétipos brasileiros (p. 27).

Inicialmente dispostos sem uma ordenação regional na *Revista Brasileira de Geografia*, seus desenhos foram reunidos em livro pela primeira vez em 1940 – no formato de pequeno folheto, cuja tiragem foi baixa. Entre 1945 e 1946, um livro já mais robusto passou a circular no exterior, em edição portuguesa, com traduções também para o inglês, o esperanto e o espanhol. Em 1957, é publicada uma edição francesa e, em 1963, produz-se no Brasil uma versão aumentada, comemorativa da I Semana de Geografia, com 124 tipos. Nos prefácios das edições, Percy Lau é louvado como exímio ilustrador, “figura conhecida no mundo artístico e intelectual” que obteve “admirável propriedade na representação dos motivos brasileiros”.

Como demonstra Angotti-Salgueiro (2005), seus esforços são parte de uma “visão iconográfica do Brasil (...) de tipos e cenas emblemáticas, na linha de uma *imagerie* regionalista ancorada na paisagem, *imagerie* que se constitui na longa duração em circuitos que passam pelo Estado, intelectuais, artistas, viajantes”. Trata-se, na realidade, de um movimento orquestrado pelo Estado Novo, mas que se desdobra no tempo, como componente do esforço empreendido pelas elites para homogeneizar região e nação (cf. GRAÇA FILHO, 2009). Isso se fez associando “aspectos de uma paisagem específica a seus tipos, a ligação dos caracteres dos habitantes ao território (determinismo ambiental)” e reforçando uma “retórica passadista que produzia estereótipos” (ANGOTTI-SALGUEIRO, 2005, p. 27). Ademais, a partir dos processos de modernização, torna-se fundamental destacar o que significa cada lugar (na visão do Estado e de seus órgãos de controle e gestão pelo menos), o que torna a publicação um guia confiável e seguro, que contém “miniaturas da realidade, que [ao leitor] será do agrado conhecer, como, aliás, sucede a quantos se interessam por assuntos relacionados com a terra brasileira e a gente que a povoa” (IBGE, 1963, p. VII).

Esse mesmo empenho de ressaltar o papel da região frente aos processos de reorganização do nacional estão também em Samuel Benchimol e Mario Ypiranga Monteiro. Ambos foram autores prolíficos (com mais de uma centena de títulos publicados) que frequentaram espaços de sociabilidade intelectual bastante conservadores (como o Instituto Histórico e Geográfico do Amazonas), nos quais se ligaram, de alguma forma, às elites políticas locais no empenho de produzir uma imagem grandiosa da Amazônia (associada à natureza) e dialogaram, por fim, com a consolidação da Universidade no Amazonas. Começaram suas carreiras como professores de História e Geografia (respectivamente) em escolas de Ensino Básico para se tornarem, já nos anos finais de suas vidas, docentes e pesquisadores da UFAM e do INPA. Têm, aliás, suas memórias celebradas, com várias homenagens do Estado, que lhes atribui um lugar de destaque na cena intelectual amazonense.⁴⁰

Também partilharam, em meados do século XX, a admiração pelas ideias de Gilberto Freyre e de um modo de pensar a nação a partir da soma (ou da mistura) de muitas peculiaridades regionais. Benchimol (2009, p. 10) recorda-se de ter apresentado as suas hipóteses sobre as contribuições dos diferentes povos na formação da Amazônia no II Encontro de Tropicologia, realizado em Manaus (1985), e de ter recebido do mestre pernambucano uma apreciação “extremamente generosa”. Sua interpretação, aliás, de que, “a Amazônia acolheu a gregos e troianos que aqui chegaram para viver e trabalhar” – não se tratando, apenas, “de dar e conceder abrigo, refúgio, agasalho e trabalho. Querenciou a todos, sem prejuízo de suas identidades, memórias, crenças religiosas e valores culturais neste grande mutirão étnico-cultural nortista” (p. 15) – confirma a proximidade entre as linhas de análise desses autores.

Quanto a Mario Ypiranga, colaborou por anos com Gilberto Freyre nos trabalhos da Comissão Nacional de Folclore (fundada em 1947), coordenando uma comissão regional no Amazonas e subsidiando, com informações e material etnográfico, exposições, catálogos e publicações dos folcloristas (FALCÃO, 2015). Também produziu textos não muito sistemáticos sobre a contribuição do negro à cultura amazônica, bem como vários estudos sobre os povos indígenas presentes no Amazonas (demonstrando inclusive certo interesse em acompanhar os debates da etnologia). Escreveu um conjunto relativamente amplo de descrições de tipos regionais que tiveram espaço em jornais, magazines e periódicos acadêmico-científicos. Outros, como *O aguadeiro*, *O regatão*, *O sacado* e *O pescador* foram lançados na forma de livros; o último deles já postumamente.

De certa forma, todos os tipos inventariados por Percy Lau estão também nos trabalhos de Benchimol e Monteiro, quando não em primeiro plano, compondo um arcabouço de personagens amazônicos.⁴¹ Seria um exercício interessante

40. Traços comuns são destacados, de uma perspectiva laudatória, por Antonaccio (2000). Uma leitura mais crítica da obra de Mario Ypiranga Monteiro pode ser encontrada em Falcão (2015).

41. Esse tipo de abordagem foi muito comum no pensamento social da Amazônia (PINTO, 2012) pelo menos até meados do século XX. Atravessou, assim, gerações de intelectuais, estando presente desde Araújo Lima (cuja primeira edição de *Amazônia, a Terra e o Homem* é de 1933) até os trabalhos de André Vidal de Araújo (2003), Charles Wagley (1977) e Eduardo Galvão (1976). Vale atentar para a descrição que esses autores fazem do caboclo, dos seus modos de vida e de sua relação com o entorno.

analisar como cada uma dessas representações imagéticas encontra correspondência nos textos desses autores regionais, estabelecendo linhas de continuidade entre linguagens e formas narrativas, operando taxionomias e classificadores muito parecidos na construção desses tipos. Isso, no entanto, é inviável neste curto espaço. Por isso, o que apresentamos abaixo são os tipos retratados na publicação do IBGE (1963) e, a partir delas, o que entendemos que sejam os determinismos geográficos e biológicos que também se espraiam para a ligação que Benchimol (2009) e Monteiro (2010) identificam entre o homem e o rio, sobretudo no caso do pescador.



Figura 1: A Região Norte
Fonte: IBGE (1963)

O segundo aspecto é que são os desenhos em bico de pena de Percy Lau que ocupam o primeiro plano na obra e não os textos que os acompanham. Esses verbetes foram extraídos de “distintos especialistas” que conheceram “cabalmente a paisagem típica” por meio de pesquisas e viagens ao interior do Brasil, somando assim aos desenhos “a fidelidade interpretativa da síntese escrita” (IBGE, 1963, p. VII).

Para a Região Norte, os autores dos textos são Sílvio Fróis Abreu, João de Melo Moraes, Fábio de Macedo Soares Guimarães, Lúcio de Castro Soares e José Veríssimo da Costa Pereira – esse último responsável por 10 das 14 descrições. As figuras são – na ordem em que aparecem na coletânea: Arpoadores de jacaré; Caboclo amazônico; Campos do Rio Branco; Canoieiros dos rios encachoeirados; Castanhais; Gaiolas e Vaticanos; Pesca e pesadores do Pirarucu; Regatões; Seringueiro; Trecho de um rio na Amazônia; Vaqueiro do Marajó; Vaqueiros no Rio Branco; [Comerciantes no] Ver-o-Pêso [sic].

Em alguns casos, o excerto que acompanha a imagem corresponde quase a uma descrição minuciosa, que justifica a composição de um determinado tipo. Em outros, essa

organicidade é mais precária, não passando de uma página. Isso ocorre também porque em certos momentos é o homem que assume o protagonismo, mas em algumas circunstâncias é natureza que apreze em primeiro plano, figurando o homem apenas na sua faina para estabelecer sistemas adaptativos que lhe permitam sobreviver naquele espaço. Nesse sentido, as interpretações são dúbias: às vezes remetendo ao caboclo (e suas atividades) como um tipo atávico, preso a condições nada favoráveis – quase sempre de pequena expressão econômica e ainda muito influenciados pelos modos de vida dos indígenas – outras vezes exaltando o heroísmo dessa gente que, como o vaqueiro do sertão ou o bandeirante paulista, soube vencer os obstáculos naturais.

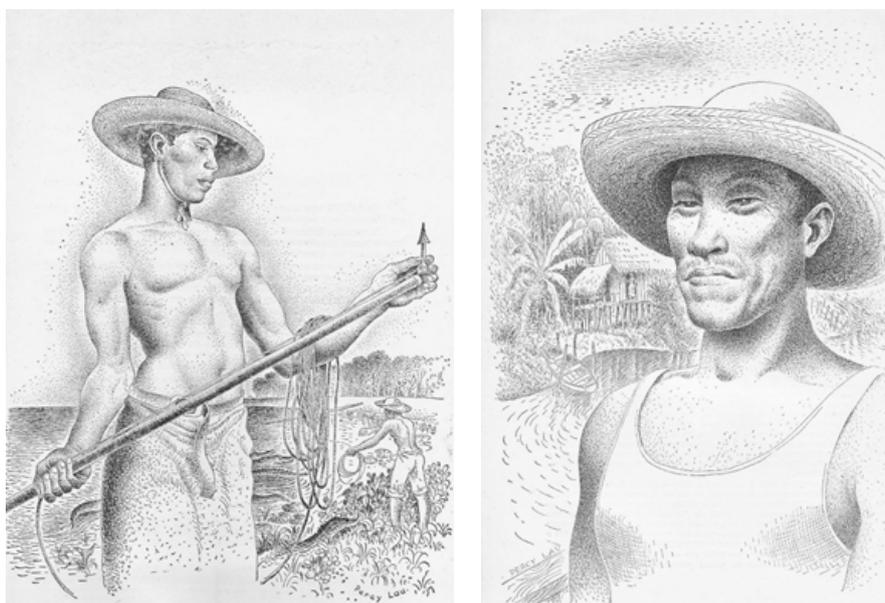


Figura 2: A - Arpoadores de jacaré; B - Caboclo Amazônico

Fonte: IBGE (1963)

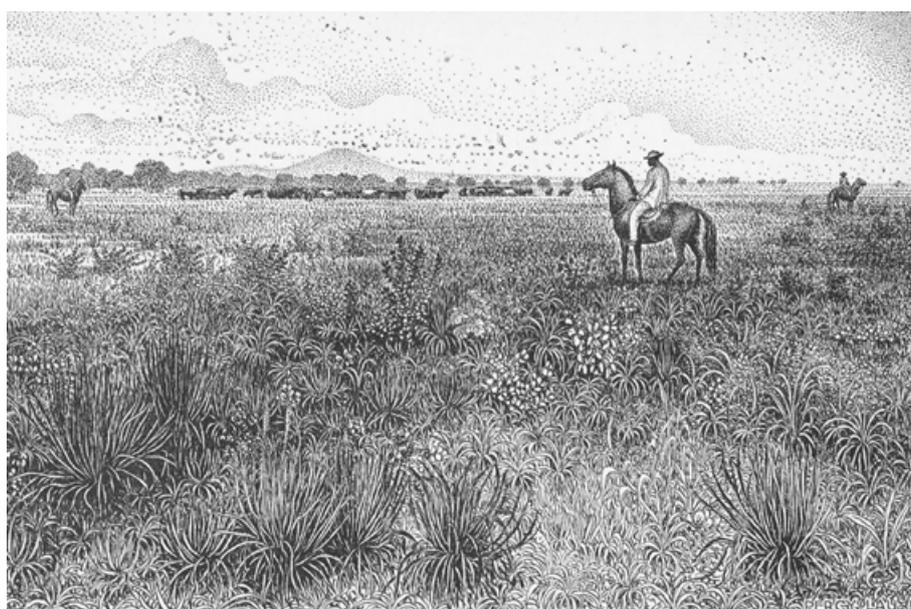


Figura 3: Campos do Rio Branco.

Fonte: IBGE (1963)



Figura 4: Canoeiros dos rios encachoeirados
Fonte: IBGE (1963)



Figura 5: A - Castanhais; B - Pesca e pescadores do Pirarucu
Fonte: IBGE (1963)

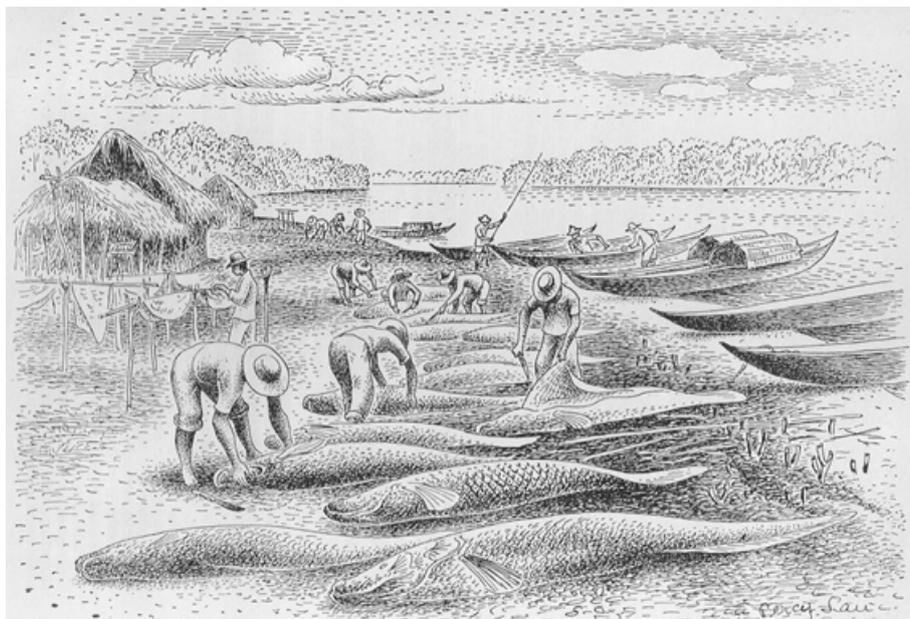


Figura 6: Gaiolas e Vaticanos
Fonte: IBGE (1963)

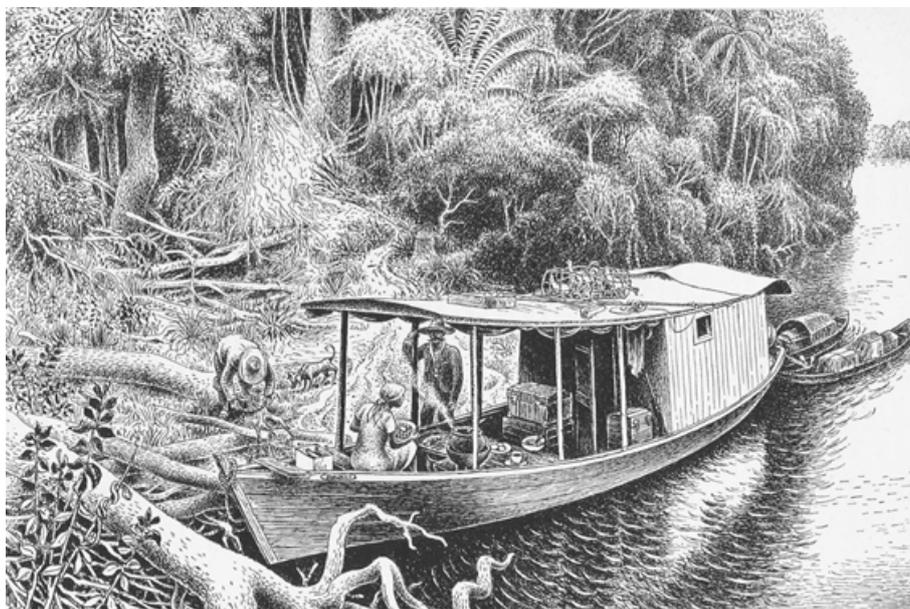


Figura 7: Regatões
Fonte: IBGE (1963)

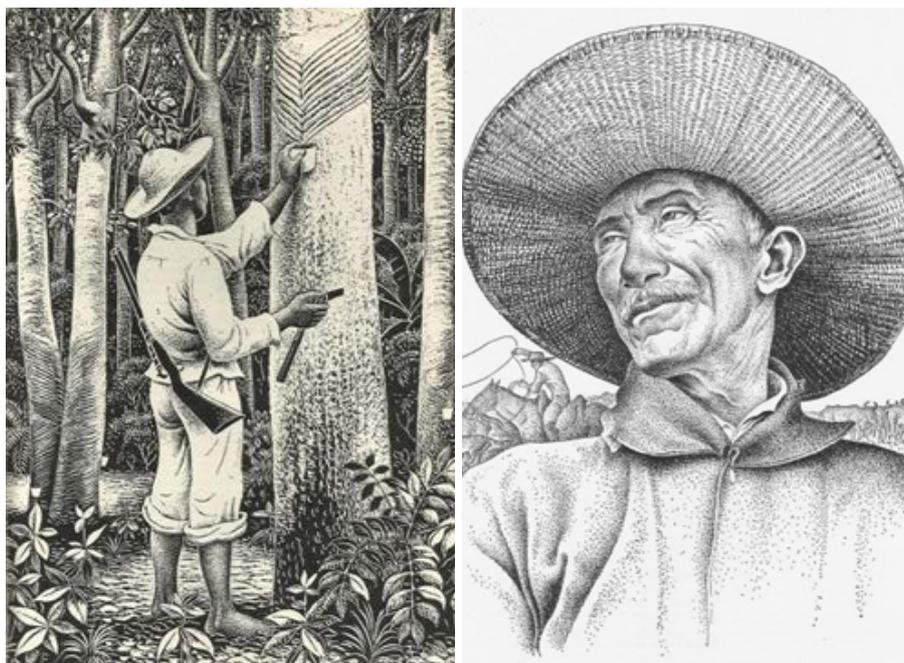


Figura 8: A - Seringueiro; B - Vaqueiro do Marajó

Fonte: IBGE (1963)



Figura 9: Trecho de um rio na Amazônia

Fonte: IBGE (1963)



Figura 10: Vaqueiros no Rio Branco
Fonte: IBGE (1963)

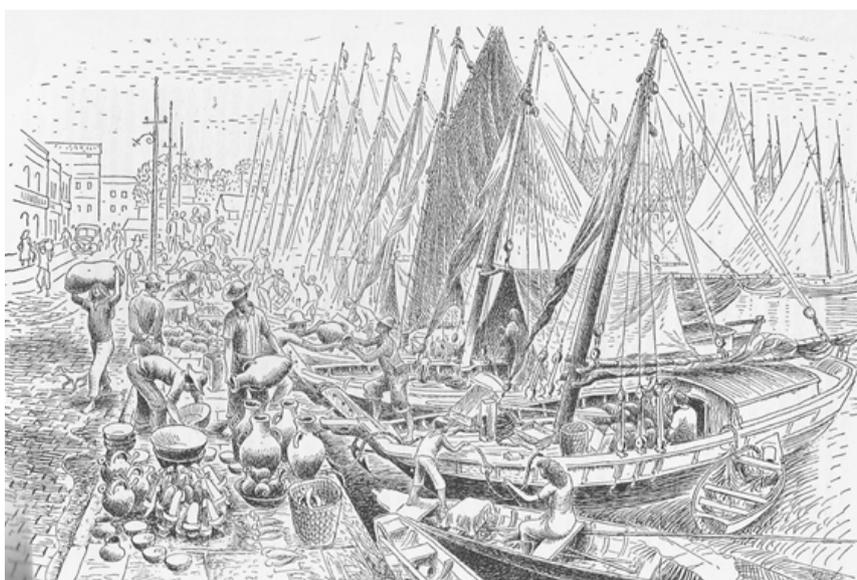


Figura 11: Ver-o-Pêso [sic]
Fonte: IBGE (1963)

Esse repertório está recheado de determinismos biológicos e geográficos, manejados para sustentar “esquemas interpretativos cristalizados na vida intelectual e nos agentes sociais que os acionam”. Como observa Alfredo Wagner Berno de Almeida (2008, p. 10-11), “tais esquemas foram institucionalizados e passaram a ser automaticamente reproduzidos, adquirindo autoridade intelectual, força explicativa e até mesmo condições de possibilidade de se tornarem ‘verdades naturais’”. Na esteira do que propõe Michel Foucault (2008, p. 159), seria preciso reverter esse “lento acúmulo do passado e [a] sedimentação silenciosa das coisas ditas” e repetidas, de tal modo que possamos lê-las (arqueologicamente) para refletir sobre as estruturas que orientam essas determinadas formas de observação, registro e classificação das coisas da natureza e do mundo social (FOUCAULT, 1999).

Cada quadro/verbete ensinaria, nessa chave de leitura, uma análise [a contrapelo], capaz de aclarar a “justaposição dos argumentos bio-organicistas e [as] noções inspiradas no geografismo” (ALMEIDA, 2008, p. 11) que estão sendo operadas. Mas, nesse curto exercício, gostaria de apontar para dois aspectos: o primeiro é que não existem indígenas na descrição, o que coloca em cena a emergência de um mestiço (o caboclo) que o substitui; o segundo é que o peso do meio sobre o homem é tão grande que ele nunca é representado apartado do ambiente. O conceito de raça – amplamente utilizado no século XIX (ver SCHWARCZ, 1999) – continua sendo manejado e do ponto de vista da classificação (cromática) estabelecida nos censos demográficos, o pardo, mestiço – “mameluco, curiboca ou tapuiu” – substitui o nativo indígena, suplantado pelo caldeamento feito sob a égide do elemento branco, europeu. Os negros são apontados como residuais. Logo, os caboclos são “resultado quase tão somente, do cruzamento do branco com o indígena” (IBGE, 1963, p. 05).

Porém, se do ponto de vista étnico sobressai o tipo visto como “civilizado”, o caboclo ainda permanece muito parecido, inclusive fisicamente com o índio – “pela pigmentação epidérmica; a barba diluída; certa obliquidade dos olhos; sobriedade dos gestos” (IBGE, 1963, p. 05). Mas ele não é ágil como o indígena, ao contrário, sua apreciação do ponto de vista econômico é negativa. “Onde quer que atue, e seja qual for a atividade a que se dedique, traduz sempre a influência atávica na região. Antes de tudo, é um nômade” (IBGE, 1963, p. 05). Ele maneja a natureza a seu favor, caça, pesca, coleta e quando planta é se valendo de “uma nesga de terra limpa pelo fogo” ou certa “porção de solo fértil das vazantes”. Leva uma “vida calma e sem ambições (...) dormindo preguiçosamente quatorze horas por dia, dançando, rezando nas ladainhas e enchendo a sua paisagem familiar de curumins distróficos e analfabetos” (IBGE, 1963, p. 05).

Salvo em raras exceções, em que uma atividade produtiva o insere no mercado, como no caso da pesca do pirarucu e da extração do látex das seringueiras (*Havea brasiliensis*), é esse mesmo caboclo que preenche o grosso da paisagem – sua “área de influência econômica”, voltada para a subsistência. É ele quem mata jacarés, domina a canoa em rios encachoeirados, coleta castanhas e outros produtos da mata. O comércio (mesmo o de “pequeno trato”) e o empreendedorismo pertencem ao branco (herdeiro do colonizador), como no caso do regatão, do Mercado Ver-o-Peso e das grandes embarcações (“gaiolas e vaticanos”). Em alguns casos, ele se mistura na paisagem, figurando ao fundo, plenamente integrado, usando os canais dos rios e igarapés para se locomover, montando o cavalo nos campos do Rio Branco ou o próprio gado no Marajó.

Assim, as representações sempre fundem (mais do que aproximam) o homem do rio, da mata, do campo, dos animais. No caso dos pescadores, ele está na canoa ou à beira

da água, a manejar o produto da sua empreitada. A pesca e o pesador ocupam dois quadros, um mais voltado à exaltação do potencial econômico (um dos poucos realmente impactantes na economia local, já que exportado para outras regiões) outro à tipificação daquele que pesca, limpa e prepara o pirarucu salgado. Há indicação de que a essa pesca profissional contrapõem-se a pesca cotidiana. Por isso, a descrição das técnicas e artefatos merece detalhamento, já que se diferencia daquelas mais amadoras, integradas no dia a dia do caboclo. Benchimol (2009, p. 33-38), em sua longa tipologia dos povos ribeirinhos, menciona a pesca e o pescador pelo menos seis vezes, também percorrendo esse arco que vai dos “comedores de caldeirada” aos “arpoadores de pirarucu”.

Já no caso de Mário Ypiranga Monteiro o inventário é mais extenso. O texto foi escrito ao longo de décadas e só veio a público depois do falecimento do autor, que, em nota introdutória escrita em 1999, se diz tributário de uma longa tradição literária que abordou essa figura, desde José Veríssimo (com *A pesca na Amazônia*) até os trabalhos de Nunes Pereira sobre o abate do peixe-boi e o peixe na alimentação na Amazônia. Em sua forma final, misturaram-se em quase 200 páginas a compilação de memórias e discussões contemporâneas sobre a pesca no Amazonas, com argumentos que oscilam entre o folclore e a sociologia/ antropologia, recuperando instrumentos, técnicas e saberes dos pescadores, bem como de suas condições sociais, hábitos e até mesmo vocábulos.

Esse mesmo exercício, Monteiro já havia realizado para compor *O aguadeiro*, *O regatão* e *O sacado*. Aparecem no livro várias reproduções de desenhos e fotografias de naturalistas, muitas delas publicadas no exterior com finalidades muito próximas daquelas produzidas por Percy Lau: fortalecer e validar um conjunto de “representações [que] se constituem e vão se instalando na memória visual”, como se fossem capazes de cristalizar “os estereótipos que correspondem às escolhas de identidades territorializadas, e quem as percebe”. Com status de documentos, as figuras são tomadas como:

[...] cenas concretas de uma realidade muitas vezes intemporal que apenas se deslocou para mais longe. Ao olhá-las é como se estivéssemos diante de paisagens que existem ainda em algum lugar do Brasil, de aspectos materiais da vida dos homens do campo, de técnicas pastorais e de formas artesanais de extração de produtos da natureza, de indústrias regionais tradicionais, de hábitos alimentares, de meios de transporte, dos ciclos econômicos da história do Brasil (da colheita de cana ao garimpo ou cafezal). (ANGOTTI-SALGUEIRO, 2005, p. 60)

Como se bastasse “viajar nos confins do país para rever ainda muitas dessas cenas” (ANGOTTI-SALGUEIRO, 2005, p. 60-61).

Referências

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. “Cowboy anthropology”: nos limites da autoridade etnográfica”. *Revista Entrerios*. Teresina: UFPI, ano I, n. 1. p. 08-35.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Antropologia dos Arquivos da Amazônia*. Rio de Janeiro: Casa 8; Fundação Universidade do Amazonas, 2008.

ARAÚJO, André Vidal. *Introdução à sociologia da Amazônia*. 2. ed. Manaus: Valer; EDUA, 2003.

ARAÚJO LIMA, José Francisco de. *Amazônia, a Terra e o Homem*. 5. ed. Manaus: Governo do Estado do Amazonas, 2001.

ANGOTTI-SALGUEIRO, Heliana. A construção de representações nacionais: os desenhos de Percy Lau na Revista Brasileira de Geografia e outras ‘visões iconográficas’ do Brasil moderno. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo: Museu Paulista. v. 13. n. 2. julho-dezembro de 2005. p. 21-72.

ANTONACCIO, Gaitano. *Mario Ypiranga Monteiro & Samuel Benchimol – Duas águias no paraíso amazônico*. Manaus: Ed. Rocha, 2000.

BENCHIMOL, Samuel. *Amazônia, formação social e cultural*. 3. ed. Manaus: Valer, 2009.

FALCÃO, Charles Maciel. Mario Ypiranga Monteiro e a relação entre jogo político e esfera cultural. In: BASTOS, Elide Rugai; PINTO, Renan Freitas (org.). *Vozes da Amazônia II*. Manaus: EDUA, Valer, 2014. p. 251-275.

FALCÃO, Charles Maciel. *Mário Ypiranga Monteiro e os estudos de Folclore no Amazonas*. Manaus: EDUA, 2015.

FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das Ciências Humanas*. Trad. de Salma Tannus Muchail. 8. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 7. ed. Trad. de Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

GALVÃO, Eduardo. *Santos e visagens: um estudo sobre a vida religiosa de Itá, Baixo Amazonas*. 2. ed. São Paulo: Editora Nacional; Brasília: INL, 1976.

GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *História, Região & Globalização*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. (Coleção História &... Reflexões).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Tipos e aspectos do Brasil* (excertos da Revista Brasileira de Geografia). Ilustrações de Percy Lau. 7. ed. (aum. Edição comemorativa da I Semana de Geografia). Rio de Janeiro: IBGE/ Conselho Nacional de Geografia, 1963.

MONTEIRO, Mario Ypiranga. *O aguadeiro*. Manaus: s/ed., 1947.

MONTEIRO, Mario Ypiranga. *O regatão* (notícia histórica). Manaus: edição do autor, 1957.

MONTEIRO, Mario Ypiranga. *O sacado* (morfodinâmica fluvial). Manaus: INP, 1964.

MONTEIRO, Mario Ypiranga. *O pescador*. História, instrumentos, técnicas e folclore. Manaus: EDUA, 2010.

PINTO, Renan Freitas. *Amazônia – viagem das ideias*. 3º ed. Manaus: Valer, 2012.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1999.

SILVEIRA, Diego Omar. Virada decolonial ou mergulho no neoconservadorismo: dois caminhos para o Festival de Parintins. In: *Portal Parintins 24hs*. Parintins, 17 de julho de 2019. Disponível em <https://parintins24hs.com.br/>.

SILVEIRA, Diego Omar; NAKANOME, Ericky. A Jurema sagrada na Amazônia: representação e preconceito religioso nos bois-bumbás de Parintins. *Revista Senso*. Belo Horizonte: Grupo Senso, v. 11, 2019.

WAGLEY, Charles. *Uma comunidade amazônica: estudo do homem nos trópicos*. Trad. de Clotilde da Silva Costa. 2. ed. São Paulo: Editora Nacional; Brasília: INL, 1977.